

Lula cita discurso de Ulysses em 84 para defender diretas

BRASÍLIA — Para que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, lesse "qualquer dia destes, antes de dormir", o líder do PT, deputado Luís Ignácio da Silva pediu ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, que entregasse a Ulysses o discurso feito por ele próprio no dia 24 de abril de 1984 - um dia antes da votação da emenda Dante de Oliveira, que pedia eleições diretas para presidente.

Lula utilizou trechos desse discurso quando subiu à tribuna, ontem, para defender a emenda popular com quase 40 mil assinaturas pedindo eleições diretas para presidente e o Congresso seis meses após promulgada a nova Constituição.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, também inscrito para defender emenda popular propondo eleição direta para presidente em novembro do próximo ano, adiou seu pronunciamento para sexta-feira. Outro constituinte, José Paulo Bisol (PMDB-RS), defendeu emenda que exige participa-

ção popular mas decisões políticas do país.

"Tive mais facilidade para aprender a falar do que para escrever, por isso tenho maior dificuldade para ler do que para falar," desculpou-se Lula, que usou metade do seu tempo lendo trechos do discurso de Ulysses Guimarães. O então defensor das diretas apontava-as em 84 como a única forma de solucionar os problemas brasileiros.

Não mudou nada — "O que mudou? Nada. Como no dia em que o doutor Ulysses discursou, o povo continua com salário miserável, sem moradia, sendo vítima do desemprego. O que mudou foi a cabeça do doutor Ulysses. O que ele viu em 84 continua existindo em qualquer rua de qualquer cidade brasileira. A situação é a mesma, mas o doutor Ulysses mudou de posição," disse Lula.

Apartado pelo vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira, que lembrou que "esses brasileiros mudaram, para decepção do povo, mas uma parcela do PMDB continua fiel às suas

propostas", e pelos líderes da oposição, Lula não foi contestado por ninguém, já que não houve defesa nem do deputado Ulysses Guimarães nem do presidente Sarney.

Segundo o presidente do PT "este país precisa de um governo com dignidade, com credibilidade que só se consegue com o voto. Esse governo promete acabar com os marajás e aplica Cz\$ 8 bilhões na ferrovia Norte-Sul, quando poderia acabar com parte da fome do país, com o parte do problema de moradia usando esse dinheiro. Os governos anteriores eram mais dignos, porque um general falava por ele, hoje um general fala pelo presidente Sarney."

Criticou também as manifestações do general Leônidas Pires Gonçalves sobre a Constituinte alegando que "não são as Forças Armadas que determinam o papel da Constituinte, mas a Constituinte que determina o papel das Forças Armadas" e cobrou coerência do PMDB no cumprimento de seu próprio programa.

Sonho monárquico, alergia a rei

Aos 18 anos, Fernando Bolzoni sonha com carruagens e cortesãs. Por isso foi à Constituinte defender a volta da monarquia no Brasil. Aos 66 anos, depois de perder o mandato de deputado, há 23 anos, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por não saber "dar nó de gravata nem falar bonito", José Gomes Pimenta, o *Dazinho* tem "alergia a rei", e também subiu à tribuna da Constituinte, ontem, mas para dizer que o povo está acima do estado, e pediu que a Constituição crie mecanismos para que a sociedade participe na elaboração das leis do país.

Fernando e *Dazinho* foram dois oradores que, "na sala deserta" como se referiu ao plenário o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, "deram a demonstração da grande participação popular na Constituinte, expressando a esperança do povo brasileiro". Ambos defendiam emendas populares, bem como o diretor de televisão Augusto César Vanucci, que não concordou com a opinião de Afonso Arinos de que a sala estava deserta, pedindo que as equipes de televisão filmassem o plenário, que, segundo ele, não estava vazio, mas "cheio de espíritos". Vanucci pediu a inclusão da prática da mediunidade na Constituição, desde que gratuita.

Anti-golpe — A proposta defendida por Bolzoni é a emenda apoiada por 44 mil 632 assinaturas pedindo a realização de um plebiscito, em 15 de novembro de 1993, para que os eleitores definam o regime de governo mais adequado para o país: república presidencialista, república parlamentarista ou monarquia parlamentar. Estudante de Direito, "apaixonado pela política", Fernando defende a monarquia parlamentarista, "como um verdadeiro seguro anti-golpe".

De família de classe média e residindo em Petrópolis, bairro nobre de Porto Alegre, fez um discurso com inúmeras citações históricas sobre parlamentarismo, considerando que a "monarquia traz o equilíbrio entre a chefia do estado e a chefia do governo porque o chefe de estado não terá linha política e não repre-

sentará apenas uma maioria, mas toda a nação".

Além disso, lembrou, "na monarquia, os partidos podem realizar suas políticas e programas de governo apoiados no Parlamento, sem entrar em conflito com o chefe de estado. O presidencialismo no Brasil é sinônimo de golpe e a prova é que de 1926 até hoje, apenas um presidente civil terminou seu mandato, que foi Juscelino Kubitschek, e mesmo assim enfrentou duas rebeliões militares".

Ouro e couro — Sem citações históricas, *Dazinho*, operário da construção civil depois de trabalhar 30 anos como mineiro em Morro Velho, no município de Vila Nova, a 20 km de Belo Horizonte — "tirando ouro enquanto me tiravam o couro" —, aposentado com salário mínimo, veio à Constituinte defender a emenda com 35 mil assinaturas que diz que "o povo tem direito a participar da administração pública", através de Conselhos de Participação Popular, formado por representantes das associações de bairro, sindicatos e outras formas de organização regularmente constituídas.

"Nós, trabalhadores, não queremos tirar a riqueza de ninguém", disse. "Queremos apenas salários dignos, leis duráveis e não estamos mendigando nada aos constituintes, estamos exigindo e vamos conseguir, porque o povo é mais forte que o estado". Arrancou aplausos ao dizer ainda que "a nova Constituição deve estar à altura do povo porque todo o poder emana do povo e por ele deve ser exercido".

Candidato derrotado do PT ao Senado em Minas Gerais na eleição passada, *Dazinho* conseguiu se eleger deputado estadual em 62, quando ainda trabalhava nas minas. "Trabalhava pela manhã na mina e à tarde na Assembléia. Fui cassado pelos meus próprios colegas de Assembléia por decoro parlamentar, só porque não me vestia como eles e não sabia falar bonito". Pai de 11 filhos, "todos vivos", e 10 netos, diz que a nova Constituição poderá não servir para ele nem para seus filhos, "mas vai ter macanismo para garantir a soberania do povo".



Bolzoni sonha com carruagens



Dazinho: mais participação